

#### Ata n.º 12

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia do Bonfim em Sessão Ordinária no Salão Nobre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata n.º 11;

Magalhães.

- 2. Apreciação e votação da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020;
- 3. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/06/2020 a 31/08/2020, bem como da sua situação financeira;
- 4. Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

Após confirmada a existência de quórum, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu início à sessão, dentro das **Normas de Prevenção e Controlo de Infeção, COVID 19, DGS,** saudando todos os presentes.

Feita a chamada, verificaram-se as seguintes ausências e substituições:

- David Miguel Coutinho Eusébio Bancada PNP RM, faltou e justificou, tendo sido substituído por Ricardo Sousa Martins, que por sua vez faltou e justificou.
  Nesse pressuposto, foi convocada, Maria João Magalhães B. Pinto, que informou da sua ausência, tendo esta sido justificada, pelo que foi substituída por, António Fernando Carvalho
- Lilia Sofia Pinto Guedes de Manuel Sá e Silva Bancada PNP RM faltou e justificou, tendo sido substituída por **José Manuel Moreira Pinto**.
- João Nuno Miranda Bancada PPD/PSD PA Faltou e justificou, tendo sido substituído por Joana Cardoso Brito Montenegro.
- Manuel de Sousa Ribeiro Bancada Bancada PS Faltou e justificou, tendo sido substituído por Fernando Ernesto Cardoso Monteiro.



- António Rui Bomba Pais - Bancada - PS - Faltou e justificou, tendo sido substituído por Carolina Fernanda de Almeida Correia.

A **Sra. Presidente da Assembleia** - solicitou à Bancada RM-PNP, a indicação do/a deputado/a para ocupar o lugar de 1.º secretário. A Bancada indicou a Sra. Deputada, Maria João Filipe de Oliveira Braga da Cruz.

Estando a mesa preenchida, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, questionando se alguém do público pretendia usar da palava. Não havendo inscrições por parte deste, questionou se algum deputado o pretendia fazer. Solicitaram o uso da palavra três deputados.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – saudou todos os presentes e seguidamente apresentou duas Propostas de Recomendação e uma Proposta Moção. Passou a ler, Proposta de Recomendação - Melhoria de Rede de Abrigos da STCP - Anexo I.

A **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a proposta à discussão. Não tendo havido intervenções, colocou a mesma à votação, tendo sido esta sido **aprovada** com sete abstenções do PNP e onze votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – leu na íntegra a <u>Proposta</u> de <u>Recomendação</u> sobre o novo PDM.

O Sr. Presidente do Executivo – saudou todos os presentes e no uso da palavra debruçou-se sobre a proposta apresentada e, esclareceu que, todas as Juntas da cidade foram contactadas pela CMP, através do Sr. Vereador do Urbanismo, na observância e obtenção do acordo das Juntas para o efeito. A CMP colocará nas juntas um exemplar do PDM para consulta pública. Disse ainda que, os pormenores da reunião pública serão definidos na próxima sexta-feira de manhã entre os presidentes de Juntas e a CMP. Será definido o modelo das reuniões que virão a ser realizadas nas Juntas de Freguesias, com a presença de representantes da CMP, para que haja a oportunidade de dar às pessoas a possibilidade de colocarem as suas sugestões e questões. Neste sentido, a recomendação não fará sentido por estar já assegurada a existência de uma sessão de esclarecimento sobre o assunto, tornando-se a realização de uma Assembleia Extraordinária para o efeito desajustada e extemporânea. A existência de uma divulgação geral do PDM levará as pessoas a dirigirem-se à Junta para recolher informações,



expor dúvidas e ainda com a vantagem de ficarem conhecedoras da especificidade do PDM. A Reunião que a CMP virá a realizar em parceria com a Junta, na referida sessão pública, também será esclarecedora. No seu entender, crê que proposta deveria ser retirada porque na verdade já está cumprida. Ser aprovada em Assembleia, seria uma espécie de redundância.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedo – saudou todos os presentes e salientou que efetivamente, a proposta seria extemporânea. Disse ainda que, quanto à proposta para uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, votariam contra, no entanto, se alterarem para sessão de esclarecimento, votarão a favor.

O Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves – começou por saudar todos os presentes e tomando da palavra disse estar de acordo com a intervensão do Sr. Presidente do Executivo. Esclareceu ainda que a CMP propôs uma discussão pública no período de trinta dias e que o documento com toda a informação do novo PDM já se encontra no portal da CMP. Mais disse que solicitar a realização de uma Assembleia extraordinária e formalizar o convite ao público para assistir teria que ser feitos dentro das normas previstas pela DGS, face ao estado atual de pandemia em que se vive, e que para cumprimento dessas normas o acesso ao público seria sempre limitado.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – iniciou a sua intervenção com uma saudação a todos os presentes e, disse ser pertinente a proposta da CDU. O PS propôs em Assembleia Municipal uma discussão pública num período de sessenta dias, tendo esta definido apenas, trinta e cinco dias para o efeito. Expôs ainda trata-se de um assunto importante tanto para a população como para as instituições e que deve ser divulgado, inclusive nos meios de comunicação da Junta. Afirmou ainda que o Sr. Presidente da Executivo já informou que irá haver uma sessão de esclarecimento em parceria com o respetivo Vereador do Pelouro. Mais sugeriu que a sessão pudesse ser divulgada nas páginas da Junta e transmitida em streaming, permitindo um maior acesso à população. Propôs ainda que para a apresentação se elaborasse um documento que sirva de esclarecimento sobre o que representa o PDM e, no que poderá afetar a Freguesia do Bonfim.

O **Sr. Presidente do Executivo** — informou que na sessão de esclarecimento serão apresentadas as principais alterações que possam afetar a Freguesia do Bonfim. A proposta da Câmara, para uma reunião para o efeito está contemplada com a presença dos presidentes de



juntas e nessa reunião cada qual tomará a posição que assim pretender. Obviamente que, não vê nenhum inconveniente de que a Junta possa ter uma sessão pública para o efeito, como de igual forma irá ter uma para o Orçamento Colaborativo. No período que vai até a sessão se realizar, haverá divulgação, logo a informação vai espalhar-se e as pessoas interessadas procurarão esclarecer dúvidas. Lógico que, para o efeito, ter-se-á que cumprir as normas da DGS, devido ao grave problema que se está a travessar.

A **Sra. Presidente da Assembleia** alertou para o facto de que ainda que o Sr. Deputado Paulo Mourato pretenda submeter a proposta de recomendação à votação, esta não poderá ter a redação proposta, uma vez que a Mesa não tem competências para realizar a sessão pública. A Câmara Municipal realizará, nesta Junta, uma sessão de esclarecimento por decisão própria ou a pedido do Executivo da Junta e não por solicitação da Mesa da Assembleia. Mais disse que para a realização da referida sessão seria necessário averiguar se a Junta tem condições para efetuar uma transmissão via streaming e assegurar o cumprimento estrito das normas de segurança de saúde pública relativas à contingência pandémica.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – disse estar de acordo com tudo o que foi dito e concordou em alterar o teor da Proposta de Recomendação, incorporando todos os contributos dos intervenientes.

Durante a discussão desta proposta o Sr. Deputado Gonçalo Mendes, Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM entrou na reunião.

A **Sra. Presidente da Assembleia** propôs passar à discussão da Proposta de Moção sobre o Método de Eleição das CCDR e em Defesa da Regionalização, enquanto o Sr. Deputado Paulo Mourato alterava a Proposta de Recomendação sobre o novo PDM.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – apresentou de seguida a Proposta de Moção sobre o Método de Eleição das CCDR e em Defesa da Regionalização, Anexo II.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedodisse que, relativamente à proposta apresentada, o PSD votará contra, pois a discordância face ao decreto-lei n.º 27 de 2020 não iria resultar em alguma alteração. Mais disse que crê que o



acordo entre o PS e o PSD beneficia democraticamente a eleição, uma vez que até à data, a designação para este órgão era feita por nomeação. Com este decreto-lei, será por eleição, uma meta que há muito se pretendia atingir, e que serão agendadas para dia 13 de outubro as assembleias municipais em que todos poderão votar, inclusive os Presidentes de Juntas. Não havendo limitação à candidatura já é positivo, na medida em que o decreto-lei esclarece que qualquer pessoa desde que obtenha quinze por centro de subscrições poderá candidatar-se. Em síntese, disse que do modelo de nomeação se passou a um modelo de eleição. Concluiu, dizendo que é comum a CDU trazer moções e distribuir pelas freguesias e assembleias municipais e, neste caso, já foi discutida e rejeitada em assembleia municipal.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia - disse que, não sendo esta a solução final e tratando-se de uma prioridade pessoal e do PS, que é a regionalização, este é um grande passo, ao passar de uma nomeação do governo para um colégio eleitoral direto, composto por milhares de pessoas. Sublinhou ainda de que esta forma dará a possibilidade a qualquer cidadão de se candidatar, conforme já referido pela Sra. Deputada Mariana Macedo. Concluiu, dizendo que esta é uma forma de descentralizar e de dar poder político a esse órgão.

Não tendo havido mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a proposta de Moção à votação, tendo sido esta sido **Aprovada com o voto de qualidade da Sra. Presidente da Assembleia**, uma abstenção do BE, nove votos a favor da CDU e PNP e nove votos contra do PS e PSD.

Após a votação a Sra. Deputada Olimpia Costa, Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM abandonou a reunião por motivos familiares urgentes.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – pediu a palavra para colocar três questões relacionadas com a reabilitação da zona das Eirinhas. Questionou qual a estimativa para a realização da obra, qual a razão dos adiamentos sucessivos e quando iniciará a obra. Questionou ainda se o pavilhão vai ou não ser incluído nesse projeto habitacional e qual a posição do Executivo em relação à situação. Como alternativa, questionou se o pavilhão será na verdade construído no Liceu Alexandre Herculano, sendo da opinião que deveria ser construído nas Eirinhas, e como será feita a gestão, se está garantida a disponibilidade às coletividades da freguesia. Continuou solicitando informação sobre a resposta dada a pessoas em situação dos sem-abrigo na cidade, mais concretamente os que



se encontram na Freguesia. Sublinhou que é verdade que existem sem-abrigo, que apesar dos esforços das instituições, não abandonam esse modo de vida, no entanto será necessário que se façam esforços para dar mais dignidade a essas pessoas, tendo ainda em conta a questão pandémica que se está a viver. Pretendeu ainda saber se a junta, através da sua ação social, tem feito algumas abordagens, e se recebeu a informação por parte das pessoas que denunciaram os casos. Por fim deixou uma nota relacionada com a situação das esquadras de polícia do Porto. Na passada assembleia, o PSD apresentou uma Moção sobre essa questão e nesse sentido informou que o grupo parlamentar do PS pôs algumas questões ao governo com o propósito de receber informações relativas à forma como foi articulada a situação, com o objetivo de ver como a população irá ser servida. A resposta obtida veio esclarecer que se tratou de um plano criterioso que teve como objetivo aumentar a eficiência e disponibilidade com os recursos disponíveis. Realçou ainda que o facto de haver em média duas ocorrências na esquadra das Antas, e que a esquadra da Corujeira está a dois quilómetros e quatrocentos metros dessa. Mais questionou se, face ao problema, ir-se-á colocar mais agentes de giro, mais viaturas de policiamento. Concluiu informando que a esquadra das Antas não encerrará, ficará apenas a tratar de assuntos administrativos na área criminal.

O Sr. Presidente do Executivo - explicou que quanto às Eirinhas, as obras já poderiam ter iniciado, só que a demora se deve ao facto de a Câmara ter estado a resolver questões com os proprietários locais, que envolveu processos em tribunal. Sabe-se que existem proprietários com terrenos dentro de terrenos da Câmara, logo a demora tem a ver com a regularização e acordos com os proprietários para libertar esses terrenos para se dar início aos trabalhos. O processo terminou no princípio do ano, o concurso já se encontra a decorrer e provavelmente as obras irão iniciar muito em breve, segundo informação recente do Sr. Vereador. Relativamente ao pavilhão gimnodesportivo, lembrou que, em devido tempo, em conversações com o Sr. Presidente da Câmara, pôs o prolema de que o Bonfim não tem nenhuma infraestrutura desportiva para poder servir a população. Realçou ainda que, em comparação com outras cidades, o Porto está muito desfavorecido nesta área. Informou que tendo em conta a participação da CMP, acordada com o Governo para aceleração das obras da Escola Alexandre Herculano, assumindo o custo da reconstrução do respetivo pavilhão desportivo, diferirá certamente a construção prometida de um Pavilhão Gimnodesportivo nas Eirinhas. Disse ainda que o Académico Futebol Clube vai sofre reestruturações nas suas instalações de modo a que as mesmas, certamente se posicionarão como das melhores da cidade. Essas obras ocorrerão através de um acordo com uma empresa espanhola na sequência do acordo



do direito de superfície por cinquenta anos com a Câmara. Relativamente aos sem-abrigo, o serviço de ação social da Junta tem trabalhado empenhadamente nesse âmbito e, duvida que esses sem-abrigo já não estejam referenciados. Há bem pouco tempo referenciaram duas pessoas na Praça Francisco Sá Carneiro. A equipa de ação social, coesão social, em articulação com Câmara e a Polícia Municipal, tem tido um papel preponderante nesta área. Há uma semana atrás o responsável da mobilidade foi informado de que existe uma passagem pedonal (túnel) no entroncamento entre a Rua Barros Lima e Rua Câmara Pestana, que tem sido palco de inúmeras situações indecorosas nos mais diversos aspetos. Tratando-se de uma via Camarária, será ponderado o encerramento dessa passagem com o fim de terminar com as ditas práticas que têm vindo a ser presenciadas por residentes da proximidade.

A **Sra. Presidente da Assembleia** informou que o Sr. Deputado Paulo Mourato, entretanto tinha entregado à Mesa a Proposta de Recomendação sobre o novo PDM, alterada, e que passou a ler - Anexo **III**.

Não tendo havido mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a Proposta de Recomendação à votação, tendo sido esta sido **Aprovada** com sete votos contra do PNP e onze votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado – usou da palavra saudando os presentes e agradeceu à Sra. Dra. Alda Pena pelo facto de ter respondido atempadamente às questões apresentadas na anterior assembleia. Seguidamente disse que as obras da Avenida Fernão de Magalhães estão a ter repercussões negativas na economia, nomeadamente, afetando os comerciantes locais. Questionou ainda se o Executivo tem alguma informação quanto à conclusão dessas obras e se sabe se houve alterações ao projeto inicial. Perguntou ainda se a Avenida Fernão de Magalhães terá menos estacionamentos na rodovia e salientou que isso se repercutirá nos acessos à zona de restauração, e não só. Chamou também à atenção de que há a necessidade de se estar atento à situação pandémica que se está a viver e que reparou ter havido uma concentração motard organizada pela junta de freguesia, tendo as motos sido estacionadas no passeio frontal ao edifício da Junta, e que de facto não se vê distanciamento social e alguns participantes nem masca têm.

O Sr. Presidente do Executivo – explicou que, quanto às obras na avenida, disse ter mantido contatos com a Câmara Municipal no sentido de conhecer as perspetivas de conclusão da obra



e que foi informado de que a previsão de encerramento das mesmas está prevista para março de 2021. Quanto às alterações, não conhece, mas recordou que a Câmara projetou uma avenida de referência para a cidade, com trânsito ascendente e uma via dupla para os serviços públicos. Uma inovação e melhoria significativa neste âmbito. Teve conhecimento de que a Câmara irá anunciar um projeto, para quando e como irá beneficiar os comerciantes dessa zona devido ao impacto causado pelas obras.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes – saudou todos os presentes e em especial o Sr. Presidente do Executivo. Recordou ter-se discutido na anterior assembleia a questão da Esquadra das Antas. Recordou ainda o pedido dos seus bons ofícios junto do Partido Socialista para tentar perceber a justificação que o governo dava para o encerramento da esquadra das Antas. No entanto salientou que não há patrulhamento de proximidade, nem de carro nem a pé, provado por artigos jornalístico, com a agravante de que tem havido redução de efetivos, confirmado pelo próprio Governo em 2015 "uma redução de dois mil efetivos". Considerou a justificação agora apresentada pelo Sr. Deputado Hugo Gilvaia, injustificável, nomeadamente a decisão de encerramento por falta de ocorrências. Concluiu, dizendo que a população se continua a queixar e portanto acredita que ainda se poderia reverter a decisão do governo.

Não havendo mais intervenções A Sra. Presidente da Assembleia, deu por findo o período antes da Ordem do Dia e deu início aos trabalhos da Ordem do Dia.

# Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata N.º 11

O Membro da Assembleia da Bancada do PS - José Lachado - usou da palavra para informar que a ata tinha a data errada relativa ao dia da sua realização.

A Sra. Presidente da Assembleia – agradeceu o reparo e lembrou que a Ata é sempre enviada aos Srs. Deputados antes da Assembleia com o pedido para comunicarem os erros detetados para que na sessão da Assembleia a ata já venha corrigida. Mais informou que será corrigida a data da realizada da assembleia.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a aprovação da Ata nº 11, tendo esta sido **Aprovada** por unanimidade.



# Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020

O Sr. Presidente do Executivo - informou que sempre que o Executivo tem de tomar decisões de uma determinada dimensão, convida os líderes das bancadas para colocar e partilhar opiniões. Infelizmente, nesta última reunião, não estiveram presentes três líderes. tendo os presentes concordado com a estratégia que leva à presente revisão orçamental. Dada à situação que se tem vivido, é normal que os objetivos e recursos sejam, na sua major parte. dirigidos para os pelouros da saúde, da coesão social e da educação. Na verdade, os membros do Executivo e o pessoal da Junta têm sido um grupo exemplar no que respeita à capacidade de resposta à população em muitas situações. São todos merecedores de grande reconhecimento. Como exemplo, angariou-se aparelhos informáticos, alimentos, roupas, entre outras necessidades para satisfazerem necessidades de muitas famílias. Crê-se que ainda muito mais será necessário fazer até ao final do ano. Por isso a necessidade desta proposta de Orçamento Modificativo. O saldo transitado do ano anterior não foi totalmente utilizado no sentido de poder acautelar a evolução da situação no próximo ano, salvaguardando, se possível, um valor de segurança consensualmente aceite. Após consultar os pelouros, chegouse à conclusão de que o esforço global para este ano será de cinquenta mil euros. Na reunião de Líderes, esta estratégia foi aceite e o executivo aprovou-a. Afirmou, estar à disposição para qualquer esclarecimento.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes – explicou a razão de não ter podido estar presente na reunião, mas fez-se representar por um membro da bancada. Reforçou as palavras do **Sr. Presidente do Executivo**, quanto à despesa nos pelouros da Coesão Social, Saúde e Educação, e que deveriam ser reforçados para terem suficiente robustez para colmatar as constantes necessidades. Disse estar de acordo com plano do Executivo.

O Membro da Assembleia da Bancada do PNP - RM - Paulo Neves - tomou a palavra dizendo que a sua bancada está de acordo com o Executivo no contexto do orçamento. Enalteceu a forma como o Executivo exerceu as suas funções aquando da ausência do Sr. Presidente do Executivo, por razões de saúde. Reforçou ainda a atitude sensata do Executivo



em gerir as necessidades que se apresentaram neste momento de pandemia, principalmente nas três áreas fundamentais, não menosprezando todas as outras, fundamentalmente em prol dos que mais carenciados.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou o documento da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 à votação, tendo este sido **Aprovado** com sete abstenções do PS e CDU e onze votos a favor do PNP, PSD e BE.

Ponto Três da Ordem de Trabalhos - Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/06/2020 a 31/08/2020, bem como da sua situação financeira.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – pediu a palavra para questionar a situação pedonal na Avenida Rodrigues de Freitas, no que respeita ao impacto que ao fim-de semana tem causado aos moradores. A CMP decretou que a avenida estará fechada temporariamente ao trânsito, o que implica o acesso da população com as viaturas às ruas circundantes e, acrescentou que as paragens dos autocarros estão impedidas. Posto isto solicitou ao Sr. Presidente informação sobre o assunto.

O Sr. Presidente do Executivo – esclareceu que, na última reunião com a Câmara, no âmbito da via publica, muitos assuntos se abordaram. Um deles teve a ver com a regulação mais adequada relativa aos semáforos do Campo 24 de Agosto. Referiu outro assunto relativo ao recinto desportivo da Lomba, nomeadamente a falta de iluminação que tem levado a diversas situações menos desejáveis e que há a necessidade de resolver o problema. O recinto é gerido pela Associação de Moradores da Lomba, através de protocolo com a Câmara. Um outro problema de iluminação tem a ver com o Largo Baltazar Guedes dado que a iluminação está a ser tomada pelas árvores o que dificulta a visibilidade. São assuntos com alguma demora, mas a Câmara informou estar já em articulação com a EDP, para fazer face a estes problemas. Ressaltou que, outra delas é a substituição das luzes na Avenida Rodrigues de Freitas. Fez referência ao trabalho que os pelouros do Executivo da Junta têm tido no contexto da situação que se está a viver, sendo que os três pelouros mais envolvidos, sem dúvida que tiveram um papel preponderante, mas os restantes também têm realizado um trabalho esforçado, tendo em conta a situação que se enfrenta. Os pelouros da cultura e do desporto têm que estar obviamente mais reservados devido ao confinamento. Não obstante, o pelouro da cultura tem tido algumas atividades na casa d'artes. O do desporto está relativamente parado. O Executivo



tem tido uma atividade ativa e evolutiva, não esquecendo o pessoal da Junta que tem dado um excelente apoio em todos os sentidos. Concluiu, dizendo que a Informação Trimestral, apesar de esta Junta ser, provavelmente, a que menos recursos tem na cidade, apresenta um conjunto de atividades dirigido à população, sem receio de comparação com qualquer dos congéneres do Porto.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD - Porto Autêntico - Mariana Macedoreiterou os problemas expostos nas anteriores assembleias, nomeadamente, escassez de luz, obras lentas e por terminar e ainda a questão da segurança. É sabido que o Sr. Presidente do Executivo não pode dar respostas a todas as situações, mas pode fazer chegar â Câmara e a quem de direito todos estes problemas, a fim de dar resposta às necessidades da Freguesia. Apresentou uma palavra de apreço aos pelouros da saúde e ação social, que em estreita colaboração, realizaram inúmeras ações em prol da freguesia, num momento dramático, considerando que a nível nacional e neste âmbito é quase inexistente. Continuou, dizendo que o PSD tem reiterado a questão dos sem-abrigo e essencialmente a dificuldade da sua monitorização. Salientou a questão, que deverá ser alvo de reflexão, de que cada vez há menos voluntários, porque as pessoas têm receio de contaminação e para agravar há ainda a falta de EPI(s). Solicitou ainda uma reflexão no que respeita ao impacto que a pandemia do Covid 19 causou ao nível socioeconómico, tanto ao nível local, como ao nível nacional. O tecido empresarial está a sofrer graves dificuldades. Mais afirmou que a taxa de desemprego está a aumentar, assim como os níveis de pobreza, estando todos a assistir a uma mudanca de paradigma. Mais disse que o poder local deve estar presente e tomar em consideração estas situações, e acredita que fará o seu melhor. Acrescentou que a classe média, já esta a sofrer profundas dificuldades, as moratórias são um futuro problema a considerar, enfim um sem número de situações difíceis que a população está a atravessar e vai continuar. São assuntos que merecem uma elevada reflexão e considera que a Junta terá de fazer alguns esforços para apoiar a população. Os idosos merecem um cuidado especial, o respeito pelo futuro destes e. nesta fase, a Junta com os contatos que tem deverá ser um meio de sinalização. Mais considerou ter sido importante o hospital de retaguarda que a Câmara montou e para ser melhor aproveitado este deveria ser ocupado pelas pessoas infetadas. A título de exemplo, relatou que houve um surto num lar e os idosos saudáveis foram retirados para a pousada da juventude, os infetados ficaram na instituição, quando havia inúmeras vagas no hospital de retaquarda. Espera que na segunda vaga que se avizinha, com a experiência adquirida, muito se poderá fazer e que, os lares não têm capacidade para receber doentes infetados com



COVID. Mais disse que a Câmara está preparada e espera que as Juntas também estejam preparadas. Concluiu, dizendo que o PSD está inteiramente disponível para ajudar no que for preciso, a nível nacional, como já foi demonstrado pelo Presidente do partido, a nível concelhio e de freguesia.

O Membro da Assembleia da Bancada do BE – Luísa Cunha – saudou todos os presentes e, no uso da palavra realçou a preocupação em relação aos sem-abrigo, dizendo tratar-se de um problema integrado, nos diversos domínios pessoais. Mais considerou que a utilização da máscara é uma regra que é difícil de ser acatada pelos mesmos e que a sua integração em instituições é deveras complicado, porque não é num curto espaço de tempo que se resolvem estes problemas sociais. Num outro âmbito, expôs a preocupação do novo número de famílias que viviam numa situação organizada e que por diversos fatores viram-se de repente numa situação de risco. Considerou que a alimentação é prioritária e maximizar estes recursos é deveras importante. O apoio económico para pagamento de rendas, moratórias é outro assunto problemático e que não vê como virão a ser apoiadas no cumprimento dos deveres. Não existe apoio para pagamento de rendas, nem nas despesas fixas, encargos em que as famílias mais dificuldades têm. Relativamente ao protocolo de saúde, relativo a saúde oral celebrado com a Junta, considera ser sem dúvida um meio que poderá criar melhorias para colmatar carências neste domínio dos fregueses. A saúde oral a nível nacional é uma área com poucos apoios do estado por isso a Junta poderá apoiar com esse protocolo.

<u>Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos</u> - Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

Não houve intervenções neste ponto.

A **Sra. Presidente da Assembleia** informou ter recebido os cartões que a Câmara Municipal elaborou para os Srs. Deputados e procedeu à sua distribuição aos Srs. Deputados presentes.

Finda a Ordem de Trabalhos, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período da Ordem do Dia e solicitou à **Sra. Primeira Secretária da Mesa em exercício** que procedesse à leitura da ata minuta. Após a sua leitura colocou a ata minuta à votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade.



A Sra. Presidente da Assembleia deu por terminada a Assembleia de Freguesia, agradecendo a todos os Membros da Assembleia pela prestação dos trabalhos realizados, como também ao Executivo e ao público presente. Expressou ainda o desejo de um bom fimde-semana.

O 1º SECRETÁRIO em exercício

0 2º SECRETÁRIO Maria frat Briga da ONR